

ATA Nº 02/2014

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA QUATRO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE -----

Aos quatro dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise do seguinte ponto da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e Votação da Aprovação da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo (PDM); -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Margarida São Marcos. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores, Paulo Costa, Vereador Marcos Ré, Beatriz Martins, José Vaz, Ana Bastos e António Pedro Martins. -----

FALTAS: -----

António Pinho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Nuno Lopes. -----

--
Sofia Senos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista Joana Lopes. -----

--
Lurdes Faneca apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista Hugo Lacerda. -----

--
Carla Lima, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista Pedro Tavares. -----

--
Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo a presença de: Fernando Maria Duarte, Luís Pedro Leitão, Carlos Sarabando, João Oliveira, Bárbara Gabriel, António Flor Agostinho, Joana Lopes, Nuno Lopes, Júlio Barreirinha, João Bernardo, Margarida São Marcos, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Daniel Jesus, Pedro Tavares, Emanuel Costa, Hugo Lacerda, Hugo Rocha, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha e Luís Diamantino. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção. -----

--
De imediato, deu-se início aos trabalhos da Assembleia. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1 – Apreciação e Votação da Aprovação da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo (PDM); -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento, solicitando aos membros da Assembleia tolerância nesta Assembleia para o aumento do tempo atribuído à Câmara, para que visualizasse uma apresentação em formato digital alusiva ao tema, tendo havido concordância de todos. --

--

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Antes de fazer a respetiva apresentação deixou nota positiva e parabéns à equipa Técnica da Câmara pelo trabalho que teve neste processo pelo que foi determinante e é digno de ser realçado neste momento. De seguida dá início à apresentação em formato digital elucidativa ao tema, conforme se anexa em papel a esta ata. O Presidente da Câmara foi tecendo e chamando a atenção de várias considerações de apoio ao mesmo, nomeadamente no que diz respeito à tramitação de todo este processo, da caracterização do Município, do enquadramento estratégico, do modelo estratégico, visão, tendo o Mar por tradição, da definição das áreas com vista às Zonas Industriais, definição dos três eixos rodoviários estratégicos do Município, etc. etc., não deixando de efetuar também o enquadramento sobre a discussão pública. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

PEDRO TAVARES: Da apresentação demonstrada questiona o motivo da localização do PCI quando já existem infraestruturas na zona da Coutada, constatando que toda a paisagem envolvente na zona da Coutada deixará de ser o que é atualmente. -----

Finaliza, perguntando quem financiará as infraestruturas. -----

DANIEL SANTIAGO: Reconhece e dá os parabéns à Câmara pelo trabalho efetuado pelos seus técnicos desenvolvendo um serviço de grande qualidade no estudo e projeto do PDM. Agradece também a apresentação em formato digital, visto ser mais vantajoso no esclarecimento de qualquer dúvida. Apesar de concordar com a proposta de PDM, demonstra discordar contra dois projetos: PCI e Marina da Barra. -

LUÍS LEITÃO: Saúda todo o trabalho do corpo técnico envolvido no processo. Sendo o PDM um documento essencial no ordenamento jurídico que rege o município em matéria de ordenamento, desenvolvimento e organização do território municipal, entende que a revisão do PDM é um momento crucial da vida política municipal. -----

Diz não verificar qualquer novidade no documento apresentado nem qualquer intenção estratégica para o concelho, ou seja, não foram criadas condições para atrair pessoas para o município, há uma visível degradação do património habitacional e a necessidade de uma ação concertada favorável ao arrendamento, bem como uma visível má qualidade do espaço público e de mobilidade da população. ----

--

JOÃO ROQUE: Apesar de ter sido efetuada uma boa apresentação entende que falta riqueza no conteúdo e estratégia para o concelho. Justifica o seu argumento, apresentando exemplos associados à freguesia da Gafanha da Nazaré: falta de vias de acesso, ciclovias insuficientes, espaços de qualidade e lazer diminutos, entre outros. Conclui, prevendo que daqui a três anos haverá necessidade de se rever este documento pela existência de muitas lacunas. -----

SÉRGIO LOPES: Resume a sua avaliação como negativa, por entender que não há enquadramento legislativo e não cumprir os objetivos do mesmo, tais como ser o motor de desenvolvimento económico. --

-

Considera que o PDM tem uma elevada densidade de construção em detrimento dos espaços verdes, ignorando uma lógica de desenvolvimento sustentável. -----

Questiona qual o motivo de serem classificadas como sensíveis as zonas do Largo do Bispo e do Mercado de Ílhavo. -----

Termina perguntando se após a implementação do Plano Estratégico para o Município de Ílhavo, o PDM deixa de ter validade. -----

FLOR AGOSTINHO: Realça a qualidade do trabalho demonstrado na apresentação do PDM, lembrando ser fruto de muito trabalho dos técnicos municipais, definindo regras e objetivos fundamentais para o desenvolvimento de Ílhavo. -----

HUGO ROCHA: Considera a caracterização socioeconómica bem definida, fruto do trabalho dos técnicos da Câmara Municipal, proporcionando o PDM como um instrumento limitado de ocupação de solo e de investimentos municipais, servindo de base administrativa e urbanística. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Lamenta que o Bloco de Esquerda em todo este processo, somente destaque o PCI quando este tem um papel estruturante para a região. Esclarece que o PCI é coordenado pelo proprietário, a Universidade de Aveiro e é destacada pela sua localização, ao contrário de outros que se situam em Zonas Industriais. Considera o PCI como um valor acrescentado para o futuro, lembrando que nada se cria ou desenvolve sem existir investimento, conseguindo compatibilizá-lo com o meio ambiente. -----

Responde ao membro João Roque que embora desadequadas as chamadas de atenção não se referem ao PDM mas sim aos Planos de Pormenor. -----

Termina dizendo que o PDM apresentado tem uma perspetiva de existência de dez anos. -----

-
O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

PEDRO TAVARES: Reafirma necessidade em obter esclarecimento, tornando as matérias mais acessíveis. -

DANIEL SANTIAGO: Justifica-se como sendo contra o atual projeto da Marina da Barra, por entender desadequado e por agravar ainda mais a situação complicada de trânsito. -----

JOÃO BERNARDO: Considera a qualidade técnica do PDM boa, mas discorda totalmente das opções do Executivo Camarário. -----

LUÍS LEITÃO: Verifica que o PDM é reflexo do que se passa no território, pela negativa, isto é degradação do património, ausência de rede de parques urbanos, deficitária rede de mobilidade, entre outros. -----

--

JOÃO ROQUE: Reforça a sua opinião de falta de infraestruturas na Gafanha da Nazaré, dizendo que há imensos problemas urbanísticos por resolver, exemplificando com o desordenamento das vias para os ciclistas e poucos espaços de lazer. -----

SÉRGIO LOPES: Lamenta que o PDM esteja desadequado ficando validado por dez anos. -----

--
Pergunta qual a condicionante que define a zona do Largo do Bispo e do Mercado de Ílhavo como zonas sensíveis. -----

É sua opinião que neste PDM não há visão estratégica para o futuro do município. -----

FLOR AGOSTINHO: Lamenta que façam sempre destaque pela negativa aos projetos Marina da Barra e PCI. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Resumidamente, esclarece os membros que intervieram indicando que há um Plano de Mobilidade e Transportes para o Município de Ílhavo, bem como o desenvolvimento em data próxima do Plano Estratégico permanentemente ligado ao PDM. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor (13 PSD e 2 CDSPP), nove votos contra (1 BE e 8 PS) e uma abstenção do membro do PCP. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

Membros do PS: -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista entende que o PDM deve ser um documento estratégico para a promoção da qualidade de vida dos munícipes e para a definição das linhas orientadoras para o desenvolvimento do município. -----

Considerando os pressupostos que estiveram na base para a revisão do PDM de Ílhavo e pelo tempo decorrido, foram criadas enormes expectativas para o futuro do território, quanto à estratégia para o desenvolvimento urbano e económico, através da promoção das atividades económicas tradicionais ou de nova geração, através do incremento do turismo, bem como da resposta às preocupações ambientais e de desenvolvimento sustentável que daí adviriam em propostas de ordenamento. -----

A proposta que é apresentada à Assembleia Municipal não reflete estas orientações estratégicas de longo prazo para o desenvolvimento do concelho, em todas as suas dimensões. Em vez disso, gera a necessidade posterior de outros instrumentos de planeamento, que significarão entraves futuros a desafios e oportunidades que surjam, pior, outros mesmos já existem, atrofiando a capacidade de resposta do Município às respetivas dinâmicas comunitárias, económicas e públicas. -----

No âmbito da consulta pública. O PS, em diversos contactos com a população, recolheu contributos que juntou a sua própria análise e que deram origem ao documento entretanto apresentado pelo Partido Socialista. -----

Naquele documento, o PS faz referência a um conjunto de situações, que na sua maioria, continuam, na proposta aqui apresentada, omissas, constituindo graves falhas de planeamento estratégico do Concelho: --

- ✓ A Ampliação da Zona Industrial da Mota é feita, erradamente, no sentido da aproximação aos centros urbanos. Aliás, no que diz respeito às Zonas Industriais da Mota e Ervosas, entendemos que deveria existir uma definição mais aprofundada de planeamento estratégico. -----

- ✓ Entendemos ser necessária a ampliação do espaço verde ao longo da margem sul da via de cintura portuária, de modo a permitir a criação de um canal que possa, inclusive, ficar ligado a uma rede de parques urbanos da Freguesia da Gafanha da Nazaré. -----

- ✓ Relativamente ao projeto de requalificação da margem nascente do canal de Mira, entre a Bruxa e o limite sul da Gafanha do Carmo, não é verificável equidade no tratamento do que é proposto

para a zona pertencente à Gafanha da Encarnação e a zona geográfica da Gafanha do Carmo, sendo esta, substancialmente diferente, pelo que se torna pouco atrativa para os respetivos proprietários e não criando uma continuidade lógica no território. -----

- ✓ A proposta de zonamento, tanto da cidade da Gafanha da Nazaré como da de Ílhavo, não reflete, nem deixa em aberto, a possibilidade de futuramente serem criadas redes de parque urbanos, em especial, um Parque da Cidade com dimensão, centralidade, e interligação a outros canais, nomea-

damente com as margens da ria. Esta falta de identificação poderá, no futuro inviabilizar a possibilidade de conjugação de diversas redes, que em muito contribuiria para novas estratégias de desenvolvimento de âmbito local, turismo qualidade de vida. No fundo, entendemos como necessária a criação de uma Estrutura Ecológica (falha também notada pelo parecer da CCDRC), articulada com uma rede de mobilidade que promova a acessibilidade a canais a criar, mais áreas verdes, planos de água, praças e parques urbanos, destinados a uma utilização pública e sustentável do espaço público. -----

- ✓ Defendemos a definição clara da vocação turística do concelho, numa conjugação de interesses e atividades económicas, de turismo e lazer com a criação de uma rede de pequenos cais utilizáveis por turistas e para a mobilidade da população local. Seria desta forma importantes a interligação dos projetos privados com fins turísticos, que a Câmara descrimina positivamente ao prever a elaboração de Planos de Pormenor, como a Marina da Barra, a Vista Alegre e a Quinta da Boavista.
- ✓ Defendemos uma estratégia de regeneração urbana, que abranja a generalidade do concelho e, principalmente a Gafanha da Nazaré, pela inexistência de relações físicas com a ria e parques, praças e equipamentos; Em S. Salvador, é imperativa a promoção da ligação à Ria de Aveiro, através de rias marginais, bem como a implementação de uma verdadeira Rede de Mobilidade com ciclovias intermunicipais contínuas que permitam facilmente criar corredores diretos na direção das localidades vizinhas e das praias do nosso Concelho. -----

Entendemos, face ao exposto, que a proposta apresentada fica muito aquém do que se exige de um instrumento de planeamento tão estruturante como o deve ser o Plano Diretor Municipal. -----

Assim, por entendermos que este PDM não serve os interesses do desenvolvimento económico e social do concelho, bem como a sua coesão territorial, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota contra a Proposta de Revisão do PDM de Ílhavo. -----

Ass) O Grupo Municipal do Partido Socialista" -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão da Ordem do Dia deu por finda a reunião pelas 00H05, do dia seguinte, 05/04/14. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa_____.

O 1º Secretário_____.

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 23/04/14